



**IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
V SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
IV CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Política Social, Seguridade Social e Proteção Social.

**A pandemia como sinalizador de afastamento escolar de
crianças e adolescentes: repercussão na vida e cidadania de
populações carentes.**

Agatha Nunes¹
Maria Cristina Alves Delgado de Ávila²
Iohana Viana Araujo³
Kaline Faria de Jesus⁴

Resumo. O presente estudo possui como objetivo principal apresentar dados sobre como a pandemia no Brasil impactou diretamente no processo ensino aprendizagem. Através de uma leitura qualitativa de revisão bibliográfica, pode-se perceber uma série de influências dadas pela questão pandêmica na vida de crianças e adolescentes, principalmente, para aqueles que fazem parte da comunidade carente. Por meio de uma análise descritiva e exploratória, foi tido como conclusivo o fato de que existe a necessidade de uma intervenção política para melhoria do estado atual em que se encontra a situação, até precária, da educação brasileira, destacada por evasões escolares e desistências da continuidade na alfabetização, o que representa um retrocesso no cenário brasileiro.

Palavras-chave: pandemia; Brasil; questão pedagógica; evasão escolar; intervenção política.

Abstract: The main objective of this study is to present data on how the pandemic in Brazil had a direct impact on the pedagogical issue. Through a qualitative reading of the literature review, we could see a series of influences given by the pandemic issue in the lives of children and adolescents, especially for those who are part of the needy community. Through a descriptive and exploratory analysis, the fact that there is a need for political intervention to improve the current state of the situation, even precarious, of Brazilian education, highlighted by school dropouts and dropouts, was considered conclusive. continuity in literacy.

Keywords: pandemic; Brazil; pedagogical issue; truancy; political intervention.

¹ Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa do Direito do UBM, discente do curso de Direito do Centro Universitário de Barra Mansa, na UBM, e-mail para contato: agathanunesnp@gmail.com

² Professora do Centro Universitário de Barra Mansa, pesquisadora do Núcleo de Pesquisa de Direito da UBM, e-mail para contato: cristina.delgado@uol.com.br.

³ Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa do Direito do UBM. Discente do curso de Direito do Centro Universitário de Barra Mansa, UBM, e-mail para contato: iohanava@gmail.com.

⁴ Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa do Direito do UBM. Discente do curso de Direito do Centro Universitário de Barra Mansa, UBM, e-mail para contato: kafariaj@gmail.com.



1. Introdução

A reprovação, o abandono, e a distorção existente entre as idades e até problemas com a metodologia de ensino fazem parte do cenário atual brasileiro, devido à pandemia da Covid-19. Desde 2020, com o início da pandemia, mais de quase 6 milhões de brasileiros abandonaram os estudos, as instituições de ensino, afastando assim a possibilidade de ter um futuro promissor em carreiras através dos estudos. Não se pode ignorar que, em 2019 o cenário estudantil brasileiro já apresentava baixo índice de aprovação escolar, registrando uma reprovação expressiva de estudantes na rede pública de ensino. Ainda assim, durante a pandemia, houve um gigantesco abandono estudantil por parte dos estudantes, mudando o cenário escolar e adentrando ao campo do trabalho informal, seja por falta de estímulo, necessidade financeira do lar, ou falta de equipamentos tecnológicos para realização das atividades escolares, as quais passaram a ser de forma on-line, isto.

Vale ressaltar que, o primeiro caso de coronavírus registrado no Brasil ocorreu em 26 de fevereiro de 2020, no estado de São Paulo. Neste mesmo mês, foram iniciadas iniciativas e ações governamentais contra o epicentro da infecção, a qual atingia tanto a área acadêmica, quanto o lazer em shoppings, teatros e demais centros de aglomeração. Há de se ressaltar que, o coronavírus atingiu mais de 98 países, tendo sido o Brasil reconhecido como um dos países que carrega o pior desempenho dentre os demais.

Importante frisar que, a Covid-19 é um vírus transmitido através de via direta, de pessoa para pessoa, pelas gotículas expelidas no nariz e boca, ou por via indireta, pelo contato em objetos infectados anteriormente, tendo como principais medidas de prevenção: distanciamento social, uso de máscaras e higiene das mãos. E, com a rápida evolução da doença, em março de 2020 foi declarado o surto da doença com distribuição geográfica internacional alargada ocasionado momento extraordinário, sendo considerado um risco para saúde da população mundial.

Após o vírus ser detectado, passaram ser adotadas medidas de segurança em todos países, adentrando assim ao isolamento social, havendo a necessidade do fechamento das instituições de ensino, como creches, escolas públicas e particulares e universidades públicas e particulares, as quais adotaram a transferência do ensino presencial para modalidade virtual, conhecida como EAD (Ensino à Distância). Esta adaptação, foi necessária para continuidade das atividades de ensino, visando a segurança de alunos e professores, no entanto, percebe-se que ocorreu uma seletividade daqueles que de fato poderiam continuar estudando, e excluindo aqueles que não teriam condições de se adaptar ao novo normal do ensino na modalidade EAD.



Diante desta emblemática, neste trabalho pretende-se discutir inicialmente a pandemia e o afastamento social no Brasil e como ele se sucedeu, para que assim, viabilize a discussão e análise da evasão da educação decorrente da pandemia do COVID 19, e qual o impacto para a rede de ensino brasileira, com ênfase na rede de ensino pública, finalizando com a abordagem da ausência de políticas publicadas voltadas para a capacitação de enquadramento de todos alunos na modalidade virtual de ensino e o resultado em dados quantitativos do cenário estudantil brasileiro durante a pandemia.

O assunto em si, se justifica haja vista que realidade dos alunos da rede pública de ensino anteriormente a pandemia, e as consequências do cenário pandêmico para esta parcela da população brasileira, repercutindo predominantemente nas camadas sociais de baixa renda, que não possuem acesso a produtos tecnológicos necessários para o ensino à distância. Assim, vislumbra-se a importância da discussão do tema para que novas propostas e políticas possam ser implementadas, visando minimizar a realidade de evasão escolar hoje existente, que afeta as crianças e adolescentes de classe baixa.

2. A pandemia no Brasil e o afastamento social

No último ano, o Brasil vem avançando, ainda que forma até lenta, para uma adaptação da vida escolar de crianças e adolescentes, mesmo com a pandemia do Covid-19. A partir do começo da pandemia, no ano de 2020, mais de 5 milhões de crianças foram negligenciadas dentro do quesito educativo. Destes, mais de 40% eram crianças de 6 até 10 anos de idade. O fato das escolas terem fechado, e do impacto social do afastamento ter influenciado na vida de mais de milhares de pessoas também foi definitivo na questão de aprendizado e melhora do ensino acadêmico (UNICEF, 2021).

A pandemia no Brasil trouxe uma nova realidade para o mundo: máscaras, higienização, cuidado redobrado com álcool-gel, e, principalmente, a falta de contato físico. O isolamento social foi à parte mais impactante de tudo. Passamos de cumprimentar, abraçar e até estar junto de indivíduos diariamente para uma restrição contínua de cárcere. Mas pela primeira vez, isto foi considerado um ato de cuidado. O ato de socialmente estar afastado do outro é algo que diminuiu severamente a contaminação do novo vírus. Porém, os impactos de isolar-se são muito mais profundos, principalmente, dentro do psicológico do ser humano: saudade, ansiedade, insegurança, medo e até depressão. Toda essa mudança abrupta do cotidiano dos brasileiros não começou sem dificuldades: foi um choque de realidade e de angústias (MAGALHÃES, 2021).

Não somente na questão de ensino, mas de um jeito mais profundo, observa-se individualmente uma constante mudança de personagem: pessoas que eram muito extrovertidas acabam virando mais calmas e quietas, e quem era quieto pode acabar



descobrimo partes de si mesmo que desconhecia até agora. Em termos simbólicos, todos começaram a se redescobrir, pensar diferente e até imaginar o mundo fora de casa como algo limitante e perigoso. A dificuldade do confinamento não parecia ser enorme quando discutida por especialistas em todo o mundo, mas quando vivida na pele acabou tornando-se o tópico número um de discussão para muitas pessoas (CUPOLILLO, 2020).

Mas a verdade é que o medo e a ansiedade decorrentes deste confinamento podem ser até bons, já que influenciam numa proteção extra. As emoções que impulsionam as pessoas a evitar a saída de casa podem, por vezes, protegê-las do desconhecido. No Brasil, dentro destes últimos quase dois anos, encontramos vários tipos de reação de pessoas dentro da questão de isolamento, desde a quebra deste até uma insegurança que te leva a se isolar de maneira completa (MAGALHÃES, 2021). Na verdade cada ser humano responde de uma forma, diante das diversas adversidades que lhe são apresentadas, até porque cada um tem sua própria condição pessoal e de vida.

Uma dificuldade enfrentada por todos, com toda certeza, é o deslocamento e a sensação de ter seu direito de ir e vir, destacado pelos Direitos Humanos, negado. Mas agora que estamos em 2021, é possível enxergar que tudo isto foi necessário para certa evolução. A decaída evidenciada dentro do sistema escolar também pode ser considerada como esperada: mais de 5,5 milhões de adolescentes não participaram de suas atividades escolares em 2020, exatamente por conta deste distanciamento (UNICEF, 2021). Esse número é representativo quando estamos a falar de futuros cidadãos que precisam do integral apoio das atividades escolares para ter sua formação concluída, não só pedagogicamente, mas principalmente de vida e interação social.

A verdade é que o cenário apresentado ainda é muito cru para muitas pessoas, em questão pedagógica. Já deixamos bem relevante aqui a questão toda de distanciamento e de lidar com este afastamento, sobre pensamentos derivados de especialistas como psicológicos e psiquiatras, mas fica muito mais aberta toda a concepção da maneira pedagógica de lidar com isso (CUPOLILLO, 2020). Observa-se que o cenário de desigualdades que preocupava muita gente antes do cenário pandêmico foi crescente com a influência do afastamento necessário. O mesmo perfil das crianças que já sofriam, anteriormente, com os problemas derivados de uma educação meio elitista, que priorizava aqueles que tinham os instrumentos para retenção de conteúdo, foi intensificado no conceito de pandemia (UNICEF, 2021). Vê-se que a pandemia acaba por de certa forma solidificar o cenário de exclusão social em relação à educação que já se constatava no cenário nacional, onde aqueles que tem menos condição social, acabaram por ficar de fora mais uma vez, pela falta de acesso direto aos meios de comunicação, demonstrando assim, que as mazelas sociais de tornaram ainda mais vivificadas em nossa sociedade, aumentando assim as discriminações existentes.



Se pode citar como exemplo o fato de que apenas 42% da população brasileira possui computadores, 85% trabalha com a internet e apenas 13% usa seus aparelhos móveis para estudo. Portanto, desde já, é preciso pensar numa nova abordagem de ensino-aprendizagem para inclusão dessa parcela já tão massacrada socialmente no meio social (UNICEF, 2021).

Para mudar essa realidade, é preciso um esforço em conjunto, tanto por parte do Governo quanto dos professores, na demonstração de insatisfação com o problema escolar. A questão toda não é o afastamento social sendo propulsor de desigualdades, mas o cenário que já era ruim sendo intensificado com a influência das questões de isolamento. Existem várias propostas de ensino que podem incluir e fazer parte, ainda, do afastamento social, respeitando o espaço de cada um e garantindo sua segurança na realidade vivida hoje. No entanto, é preciso que se tome uma certa atenção para aqueles que não são tão privilegiados e que continuam possuindo necessidades de alfabetização (LIBERALI; FUGA; DIEGUES; CARVALHO, 2020).

É fato que a situação em rápida evolução da doença alterou drasticamente a vida das pessoas, bem como a área econômica, privada e pública. Com declínios no turismo, na aviação, agricultura e nas finanças, a pandemia do Covid-19 diminuiu massivamente a oferta e a demanda do mercado nacional e internacional. Dentre as estratégias pensadas, o afastamento social foi resultante de uma preocupação com aglomerações, e continua sendo estritamente essencial na questão toda de prevenção e respeito à saúde (LIBERALI; FUGA; DIEGUES; CARVALHO, 2020).

O que podemos pensar disso tudo é que a grande desigualdade social e regional dificulta o processo de isolamento, visto que as populações pobres continuam trabalhando presencialmente mesmo em um esquema totalmente caótico e perigoso. É preciso, conseqüentemente, não julgar a realidade de cada ser humano, mas entender que políticas públicas por parte do Governo podem ser o jeito mais inteligente de garantir a segurança que todos querem nesse momento (LIBERALI; FUGA; DIEGUES; CARVALHO, 2020). Se caracteriza a necessidade de políticas públicas necessárias a atender as demandas da sociedade, de forma a atingir um número representativo da camada social que mais necessita, devido à própria condição deles como seres humanos que não veem seus direitos respeitados, mesmo quando se esta a falar em um contexto de uma constituição cidadã.

3. A evasão da educação diante a pandemia da Covid-19 e o impacto na rede de ensino pública.

É evidente que, a pandemia da Covid-19 impactou diferentes cenários da nossa sociedade, sendo o sistema educacional um dos mais afetados diretamente, sobretudo, a



educação pública. Tal afirmativa se confirma ao analisarmos os dados coletados em um estudo realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, o qual foi divulgado no dia 8 de julho de 2021, sendo a pesquisa intitulada: “Resposta educacional à pandemia de COVID-19 no Brasil”. O levantamento foi realizado através de um questionário suplementar de fevereiro a maio de 2021, juntamente com a 2ª etapa do Censo Escolar 2020, abrangendo 94% das escolas de educação básica. Segundo o referido instituto, tais dados são primordiais para melhor compreensão das consequências da pandemia no sistema educacional brasileiro. (INEP, 2021).

No que se refere ao quantitativo de questionários respondidos, o INEP destaca que “ao todo, 94% (168.739) das escolas responderam ao questionário aplicado pelo Inep por meio do Censo Escolar, sendo 97,2% (134.606) de redes públicas, e 83,2% (34.133) das redes privada”. O levantamento mostra que 99,3% das escolas brasileiras suspenderam as atividades presenciais, e que parte delas ajustou a data do término do ano letivo de 2020. (INEP, 2021). A pesquisa mostra também que, “as escolas públicas sentiram uma necessidade maior de fazer a adequação, de forma que apenas 53% delas mantiveram o calendário, e em contrapartida 70% das escolas privadas seguiram o cronograma previsto”. (INEP, 2021).

Diante disto, nota-se que os cenários divergem ao compararmos o da rede de ensino pública e privada, visto que, quantidades consideráveis de escolas públicas não puderam ou não conseguiram manter o calendário escolar durante a pandemia, o que conseqüentemente afeta a educação de muitos brasileiros, e afasta o direito fundamental à educação de qualidade garantida pelo nosso ordenamento jurídico às crianças, adolescentes e jovens do Brasil.

Ademais, importante frisar que o levantamento realizado pelo INEP traz também que, em 2020 “90,1% não retornaram às atividades presenciais no ano letivo, sendo que, na rede federal, esse percentual foi de 98,4%, seguido pelas escolas municipais (97,5%), estaduais (85,9%) e privadas (70,9%), ou seja, 98% das escolas do país adotaram estratégias não presenciais de ensino” (INEP, 2021).

A pesquisa busca também de forma breve trazer a perspectiva de um contexto externo internacional, e traz que a média do Brasil foi de “279 dias de suspensão de atividades presenciais durante o ano letivo de 2020, considerando escolas públicas e privadas” (INEP, 2021). Sendo este quantitativo bem expressivo e de grande impacto ao observamos o levantamento global sobre o fechamento de escolas em razão da pandemia, monitorado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), vejamos:

(...) Chile e Argentina, por exemplo, registraram 199 dias sem atividades presenciais entre 11 de março de 2020 e 2 de fevereiro de 2021. No México, foram 180 dias de



paralisação, enquanto o Canadá teve 163 dias de aulas presenciais suspensas. França e Portugal contabilizaram menos de um trimestre sem aulas presenciais, com a suspensão de 43 e 67 dias, respectivamente. (UNESCO, 2021, apud INEP, 2021).

No Brasil se deu a necessidade do fechamento de escolas haja vista grande escala de contaminação pela Covid-19. Entretanto, a emblemática se reafirma no quesito acesso à educação aos alunos com condição socioeconômica vulnerável, sendo tal questão fator marcante da interferência da pandemia ao direito à educação, vez que as redes de ensino necessitaram se adaptar e disponibilizar meios para que os alunos pudessem assistir às aulas remotas. Contudo, percebe-se que os alunos da rede pública de ensino que fazem parte da parcela da população vulnerável economicamente foram diretamente afetados, havendo assim a evasão escolar e exclusão destes ao acesso ao ensino de qualidade, vez que, com o impacto da pandemia muitos adolescentes que não tinham acesso aos instrumentos tecnológicos não haviam como participar e realizar as atividades de ensino oferecidas de forma on-line para os alunos.

É possível afirmar tal problemática quanto ao acesso a internet, haja vista que dados nos mostram que essa realidade já alcançava os alunos antes mesmo da pandemia, de forma que, o cenário pandêmico reforçou e ocasionou o afastamento escolar dessas crianças e adolescente, isso pois, conforme aponta dados colhidos na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) atualizados em abril de 2021, apesar da Internet ter alcançado o percentual de 88,1% dos estudantes, 4,1 milhões de estudantes da rede pública não tinham acesso em 2019, e desse total de estudantes sem internet, 95,9% estudavam em escolas públicas. (IBGE, 2021), o que configura que, que a acessibilidade as ferramentas de acesso à internet já não fazia parte do cotidiano desses alunos e acredita-se que com a eclosão da pandemia no início de 2020 esta ainda era a realidade dos alunos de escola pública do Brasil, tendo em vista a proximidade temporal do colhimento de dados, e que de fato, a pandemia tornou ainda mais distante a acessibilidade à internet, e consequentemente aos estudos durante a pandemia, sendo essa a realidade de crianças, adolescentes e jovens brasileiros pertencentes a rede de ensino pública

Além disto, entende-se que houve a evasão escolar, vez que, segundo o INEP, apesar de durante a pandemia 72,8% das escolas estaduais e 31,9% das municipais passaram a implementar aulas assíncronas, em 2.142 cidades, nenhuma das escolas municipais adotou essa medida, sendo este um número expressivo, considerando que os alunos dessas escolas ficaram totalmente sem nenhuma continuidade aos estudos durante a pandemia. Já no que se refere ao planejamento do ano letivo, segundo pesquisa realizada pelo INEP, 28,1% das escolas públicas planejaram a complementação curricular com a ampliação da jornada escolar no ano letivo de 2021, já na rede privada, 19,5% das escolas optaram por essa alternativa. (INEP, 2021). Tal dado se explica porque, no que se refere o



retorno às aulas, o levantamento do INEP traz que, 21,9% das escolas privadas retornaram às aulas com a realização concomitante de atividades presenciais e não presenciais, o chamado ensino híbrido, porém, em contrapartida, na rede pública, apenas 4% das escolas adotaram essa medida, a qual foi recomendada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).

Diante desses dados, observa-se então que, grande parte dos alunos da rede pública de ensino foram fortemente afetados com a não iniciativa imediata de replanejamento do ano letivo e retorno das aulas seja de forma híbrida ou totalmente on-line, isto, além dos dados apontados acima que demonstram a não adoção de quaisquer medidas por parte de muitas escolas municipais.

Ademais, vale trazer também que, segundo a pesquisa do INEP:

(...)quando o assunto é acesso gratuito ou subsidiado à internet em domicílio, o levantamento mostra que 15,9% da rede estadual adotaram medidas nesse sentido; na rede municipal, o número registrado foi de 2,2%, percentual este baixíssimo ao elevado número de estudantes que não possuem meios para acessar a internet e assistir às aulas (INEP, 2021).

No mais, segundo também o INEP, a estratégia de comunicação mais adotada dos professores para com os alunos se deu através de:

(...) comunicação direta por e-mail, telefone, redes sociais e aplicativo de mensagem) para manter contato e oferecer apoio tecnológico junto aos estudantes. Em seguida, está o uso desses canais de comunicação com a escola. Depois, vêm a disponibilização de equipamentos, como computador, notebooks, tablets e smartphones aos estudantes; e o acesso gratuito ou subsidiado à internet em domicílio (INEP, 2021).

Vejamos que, ao analisarmos os dados apontados, resta evidente que a pandemia aumentou drasticamente a evasão escolar, vez que, em razão das medidas de isolamento adotadas foi necessário o fechamento de escolas e implementação do ensino à distância ou híbrido, o que ocasionou o afastamento de alunos às atividades escolares, diante da impossibilidade e inacessibilidade aos meios de comunicação com professores, e ferramentas para o uso da internet, principalmente das crianças e adolescentes estudantes da rede pública de ensino, agravando assim a desigualdade latente socioeconômica do nosso país, ao afetar diretamente esses alunos em situação de vulnerabilidade social e econômica, o que traz consequências diretas não só no desempenho escolar e na qualidade de ensino do país, mas também, no futuro dessas crianças e adolescentes e colocação no mercado de trabalho e ensino superior.

4. O impacto da pandemia na educação de crianças e adolescentes



A educação é um direito celebrado em nossa Constituição Federal, por meio do art. 205. Este prevê que a educação é um direito de todos, sendo dever do Estado e da família, e incentivada pela sociedade. Porém, tal direito mesmo sendo fundamental fora altamente violado no período pandêmico.

Por conta das regras de distanciamento social, as escolas foram fechadas e fora instituído o ensino remoto onde as aulas seriam feitas online e os materiais seriam disponibilizados pela internet. É uma forma emergencial de estudos, sendo a única forma de continuar os cronogramas acadêmicos enquanto mantém os alunos e professores seguros.

O ensino é considerado remoto porque os professores e alunos estão impedidos por decreto de frequentarem instituições educacionais para evitar a disseminação do vírus. É emergencial porque do dia para noite o planejamento pedagógico para o ano letivo de 2020 teve que ser engavetado. (BEHAR, 2020, s.p)

Conquanto, esta solução não se mostrou adequada para a realidade brasileira, que sofre de um déficit de acesso a internet. A Pesquisa TIC Kids Online Brasil 2019 revelou que 4,8 milhões de crianças e adolescentes brasileiros, entre 9 e 17 anos, não têm acesso à internet em casa. Igualmente, fora constatado que 58% dos jovens acessam à internet exclusivamente pelo celular. Tais dados estão em consenso com o IBGE que em pesquisa verificou que 4,3 milhões de estudantes brasileiros entraram na pandemia sem acesso à internet. Neste diapasão, Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD) averiguou que o percentual de estudantes, de 10 anos ou mais, com acesso à internet cresceu de 86,6%, em 2018, para 88,1% em 2019. Entretanto, 4,3 milhões ainda não utilizavam o serviço, sendo a maioria alunos de escolas públicas (95,9%). Enquanto, 4,1 milhões de estudantes da rede pública de ensino não tinham acesso ao serviço, apenas 174 mil alunos do setor privado não tinham conexão à rede mundial de computadores.

Todos esses dados são pré-pandemia, porém eles auxiliam a traçar uma tela de como era o acesso a internet dos alunos brasileiros no início da pandemia. A falta de dispositivo eletrônico e acesso a rede mundial de computadores afetaram diretamente os alunos que, por conta das regras impostas na pandemia, ficaram sem poder participar das atividades escolares por absoluta insuficiência de meios.

Até mesmo os alunos que tem apenas um aparelho móvel e acesso a internet, não estão em condições plenas de estudo, tendo em vista que as atividades escolares nem sempre são suportadas pelos celulares, sendo necessário o uso de computadores para um meio de estudo efetivo. A falta de meios para se participar das aulas causa uma exclusão do aluno que é privado de seu direito à educação.

Sendo assim, os alunos que não dispõem de aparelhos celulares que operem com eficiência os navegadores, aplicativos e plataformas utilizadas para o ensino remoto, não conseguirão acompanhar a contento. Igual



dificuldade podem ter as famílias que não possuem aparelhos suficientes para a conexão de todos que precisem. Há ainda uma parte significativa dos usuários que o acesso à internet se dá por meio do compartilhamento com domicílios vizinhos. Situação que determina uma fragilidade na condição de incluído digital, preso à iminência constante de ser excluído. (CUNHA, SILVA e SILVA, 2020, P. 33)

Tal exclusão e incapacidade de acesso à educação acabam afastando os jovens da escola. Segundo estudo do Unicef com dados do IBGE feito em outubro de 2020, o Brasil tem quase 1,4 milhão de crianças e adolescentes entre 6 e 17 anos fora da escola fora da escola. O estudo também concluiu que mais de 5,5 milhões de brasileiros nessa faixa etária não tiveram atividades escolares em 2020 por causa da pandemia.

Ou seja, a pandemia e o ensino remoto emergencial significaram um abandono escolar em massa, onde crianças e adolescentes que antes estavam inseridos no âmbito escolar se viram privados da vivência educacional.

Cabe ressaltar que a escola é muito mais que um local de estudos, mas também de socialização, alimentação, recreação, dentre outras atividades pedagógicas que contribuem para a formação de um indivíduo completo, afastando-o das drogas, do trabalho infantil e de outros males que as crianças e adolescentes encontram fora das escolas.

Como é afirmado por Stevanim (2020): “A pandemia não dificulta o ensino apenas pelos problemas de acesso à tecnologia digital por uma parcela dos estudantes — também o papel da escola como espaço de interação e desenvolvimento é afetado.”

Porém, este problema que vem assolando a educação brasileira não é invisível aos olhos das autoridades mundiais. Por exemplo, município de Boa Vista, Roraima, com o apoio da UNICEF criou um comitê para buscar crianças e adolescentes fora da escola ou em risco de evasão, incluindo refugiados e migrantes da Venezuela.

Todavia, tais esforços ainda são pequenos em face do dano que fora gerado. Com a volta gradual das aulas presenciais poderá ser estabelecido novos dados sobre a perda de alunos, e desta forma, poderá ser montado um plano nacional de recuperação educacional, de forma a realmente garantir a educação a todos.

5.

Conclusão

Pode-se concluir, portanto, que é necessário, no cenário atual, políticas públicas que possibilitem uma regularização, avaliação e supervisão de todas as complexidades do modelo educacional. É certo que a educação, desde o advento da tecnologia, transformou a relação de ensino com a aprendizagem para novos educadores.

Este desafio que surgiu, através da pandemia, não foi somente para os professores, mas também para a quebra de paradigmas dos alunos. A educação a distância representa



muito mais do que o próprio decreto, sendo uma modalidade de mediação pedagógico-didática que utiliza meios de comunicação. Portanto, democratizar a educação emprega muito mais do que qualquer tipo de curso, mas a ruptura do tradicional para o novo.

Se este cenário é o que desenha a modalidade educacional dos dias de hoje, podemos relacionar também uma necessidade de agilidade para que essa transformação seja adaptada nos moldes de políticas públicas.

Uma política pública compreende não somente um elenco de ações, mas os procedimentos que levam até a resolução de conflitos. Independente da área para que isto for direcionado, é importante prever que as ações e medidas do Estado representam um processo de estruturação, seguindo o roteiro de prioridades, princípios, objetivos e normas que são delineadas para suprir as necessidades e os desejos de uma sociedade que precisa de uma melhor distribuição de renda e de bens.

As políticas públicas, sendo desta maneira, são definidas e implantadas como respostas das demandas do governo diante dos anseios das pessoas. O processo de melhoria das políticas públicas, que é realmente demandado pela situação atual prevista e discutida, é uma coisa que precisa ser pautada entre: MEC, gestores educacionais, pesquisadores, professores e representantes do Ensino.

Entrando nessa discussão, considerando o panorama de EAD, há uma certa necessidade real para regulamentação e supervisão. Durante os momentos drásticos de pandemia, os processos de EAD foram fundamentais, e até legislados e encontrados dentro de normas. É fato que todo o cenário vivido durante os últimos quase dois anos mudaram por completo a noção de como é trabalhado o procedimento de aprendizado, dentro da sala de aula para dentro de casa.

Precisamente, é até necessário considerar se as políticas conseguem garantir uma flexibilização da regularização, se estas tornam-se, de fato, inclusivas, e se terão a mesma velocidade de adaptação do que como aconteceu com a transformação do presencial para o digital.

Considerar uma mudança completa do presencial para o digital pode parecer um passo um pouco drástico, sabendo-se que ainda vivemos uma realidade um pouco caótica, mas pensar-se em, talvez, um modelo híbrido, seja aplicável, tendo em vista atingir as comunidades um pouco mais carentes, que não possuem as mesmas possibilidades, oportunidades, e, muito menos, acesso aos instrumentos de educação à distância.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Alerrandre. Internet chega a 88,1% dos estudantes, mas 4,1 milhões da rede pública não tinham acesso em 2019. **Agência IBGE Notícias**, [S. l.], p. 1-1, 14 abr. 2021.



Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/30522-internet-chega-a-88-1-dos-estudantes-mas-4-1-milhoes-da-rede-publica-nao-tinham-acesso-em-2019>. Acesso em: 12 set. 2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL tem quase 1,4 milhão de crianças e adolescentes fora da escola, diz estudo do Unicef com dados do IBGE. **G1**, [S. l.], p. 1-1, 28 jan. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/volta-as-aulas/noticia/2021/01/28/brasil-tem-quase-14-milhao-de-criancas-e-adolescentes-fora-da-escola-diz-estudo-do-unicef-com-dados-do-ibge.ghtml>. Acesso em: 12 set. 2021.

CUNHA, Leonardo Ferreira Farias da; SILVA, Alcineia de Souza; SILVA, Aurênio Pereira da. **O ensino remoto no Brasil em tempos de pandemia: diálogos acerca da qualidade e do direito e acesso à educação**. Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal, Brasília, v. 7, n. 3, p. 27-37, ago. 2020. Disponível em: <http://www.periodicos.se.df.gov.br/index.php/comcenso/article/view/924>. Acesso em: 12 set. 2021.

CUPOLILLO, Fernanda. 2020. **Reflexões sobre o isolamento social no Brasil**. Disponível em: <https://www.uff.br/?q=noticias/03-06-2020/de-volta-para-casa-reflexoes-sobre-o-isolamento-social-no-brasil-durante>. Acesso em 11/09/2021.

FORA da escola não pode!: Boa Vista cria comitê para buscar crianças e adolescentes fora da escola. **UNICEF**, [S. l.], p. 1-1, 8 jun. 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/boa-vista-cria-comite-para-buscar-criancas-e-adolescentes-fora-da-escola>. Acesso em: 12 set. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Resposta educacional à pandemia de COVID-19 no Brasil, 8 de julho de 2021**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/divulgados-dados-sobre-impacto-da-pandemia-na-educacao>. Acesso em 08 de set de 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). **Internet chega a 88,1% dos estudantes, mas 4,1 milhões da rede pública não tinham acesso em 2019, 14 de abr de 2021**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/30522-internet-chega-a-88-1-dos-estudantes-mas-4-1-milhoes-da-rede-publica-nao-tinham-acesso-em-2019>. Acesso em 10 de set de 2021.

LIBERALI, Fernanda Coelho; FUGA, Valdete Pereira; DIEGUES, Ulysses Camargo Corrêa; CARVALHO, Márcia Pereira de. 2020. **Educação em tempos de pandemia: brincando com o mundo possível**. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Fernanda-Liberali-2/publication/342611734_Educacao_em_tempos_de_pandemia_brincando_com_um_mundo_o_possivel/links/5efcf47d299bf18816f69b09/Educacao-em-tempos-de-pandemia-brincando-com-um-mundo-possivel.pdf. Acesso em 11/09/2021.



MAGALHÃES, Ricardo Antonio. 2021. **Efeitos psicológicos do isolamento social no Brasil durante a pandemia de Covid-19.** Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/psicologia/isolamento-social>. Acesso em 11/09/2021.

STEVANIM, Luiz Felipe. **Exclusão nada remota: desigualdades sociais e digitais dificultam a garantia do direito à educação na pandemia.** RADIS: Comunicação e Saúde, n. 215, p. 10-15, ago. 2020.

SEGUNDO IBGE, 4,3 milhões de estudantes brasileiros entraram na pandemia sem acesso à internet. **Folha de São Paulo**, [S. l.], p. 1-1, 12 abr. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/04/segundo-ibge-43-milhoes-de-estudantes-brasileiros-entraram-na-pandemia-sem-acesso-a-internet.shtml>. Acesso em: 12 set. 2021.

UNICEF. 2021. **Cultura do fracasso escolar afeta milhões de estudantes e desigualdade se agrava na pandemia.** Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/cultura-do-fracasso-escolar-afeta-milhoes-de-estudantes-e-desigualdade-se-agrava-na-pandemia>. Acesso em 11/09/2021.

UNICEF. 2021. **Crianças de 6 até 10 anos são as mais afetadas pela exclusão escolar na pandemia.** Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/criancas-de-6-10-anos-sao-mais-afetadas-pela-exclusao-escolar-na-pandemia>. Acesso em 11/09/2021.